

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações da Excelentíssima Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sr^a. Macaé Evaristo, para prestar esclarecimentos a respeito da possível exclusão de autistas da representação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações e esclarecimentos a respeito da possível exclusão de autistas da representação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE.

Diante da relevância do tema e do impacto que essa possível exclusão pode causar para a comunidade autista, solicita-se as seguintes informações:

- 1. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania está promovendo ou apoiando alterações na composição do CONADE que possam resultar na exclusão de representantes dos autistas?
- 2. Quais justificativas embasam qualquer eventual proposta de modificação da participação dos autistas no CONADE?
- 3. Quais entidades e representantes foram consultados previamente sobre essa medida?







- 4. O Ministério garante que os direitos dos autistas continuarão plenamente resguardados dentro do CONADE e em outras instâncias de formulação de políticas públicas?
- 5. Existe alguma consulta pública ou debate previsto para discutir essa questão com a sociedade civil e especialistas da área?
- 6. A cadeira destinada aos autistas/TEA será mantida nesta categoria ou será absorvida em uma representação mais genérica, como deficiência biopsicossocial? Em caso afirmativo, quais grupos estariam contemplados nessa nova representação e quais entidades e/ou grupos de PCDs seriam responsáveis por essa representatividade?
- 7. Cópia da ata deliberativa do processo eleitoral do CONADE, especificamente no que tange à definição das cadeiras e da representação dos diferentes grupos de pessoas com deficiência, para melhor análise da questão.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) tem papel fundamental na formulação de políticas públicas voltadas à proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Nada obstante, informações veiculadas na internet e em redes sociais indicam a possibilidade de exclusão dos autistas da representatividade dentro do CONADE.

Ressalte-se que qualquer alteração na composição do CONADE que afete a participação da comunidade autista representaria um grave retrocesso na política de inclusão e direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

É certo que a exclusão de qualquer segmento da população com deficiência fere os princípios da igualdade e da não discriminação previstos na Constituição Federal.







O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes claras para a inclusão social e a participação efetiva das pessoas com deficiência em instâncias de deliberação política.

O Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que estabelece a plena participação e inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade.

A participação social no CONADE é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes e alinhadas com as necessidades reais das pessoas com deficiência.

Evidente que a retirada dos autistas do CONADE pode impactar negativamente o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esse grupo, reduzindo a efetividade de programas já existentes.

Neste contexto, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania deve atuar para ampliar, e não restringir, a participação dos autistas e demais pessoas com deficiência em instâncias deliberativas.

Qualquer alteração na composição do CONADE deve ser amplamente discutida com a sociedade civil, especialistas e associações representativas da comunidade autista.

A falta de transparência no processo de alteração da representatividade no CONADE levanta preocupações sobre a motivação e os reais impactos dessa mudança.

A possível retirada dos autistas do CONADE pode resultar em insegurança jurídica e contestação por parte de organizações defensoras dos direitos das pessoas com deficiência.

A exclusão de grupos vulneráveis de espaços deliberativos compromete a efetividade das políticas públicas e fragiliza a democracia participativa.

Portanto, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência deve ser prioridade do Estado, garantindo que nenhuma medida seja tomada sem ampla consulta pública e participação social.







Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicito a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em _ de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



